

Prefácio pela Embaixadora Ana Martinho

Presidente da Comissão Nacional da UNESCO de Portugal

É com muito gosto que a Comissão Nacional da UNESCO se associa à II Conferência Internacional sobre Turismo e História, que em boa hora a Universidade do Algarve e a Universidade de Caxias do Sul decidiram conjuntamente organizar sobre o tema do papel do turismo na valorização histórico-cultural do espaço ibero-americano, em especial nos locais inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Apesar de os principais objetivos culturais da Convenção do Património Mundial serem a proteção e a promoção dos monumentos, conjunto e locais de interesse, desde há muito que foi reconhecido o interesse turístico dos sítios com a chancela UNESCO, que atraem cada vez mais visitantes. Quer sejam edifícios, centros históricos, sítios arqueológicos, rotas, paisagens culturais ou mesmo bens naturais, o facto de um bem-estar inscrito na Lista do Património Mundial é sinónimo de interesse acrescido e qualidade, merecendo que seja visitado e fruído. E há uma razão para tal. De facto, apenas os bens com valor universal excecional, autenticidade e integridade são elegíveis para integrar esta lista, num processo de candidatura extenso, detalhado e exigente.

Durante muito tempo a cultura e o turismo estiveram de costas voltadas e foram geridos individualmente, acreditando-se que os interesses de uns e outros eram antagónicos. Por vezes, o património surgia como um entrave às legítimas aspirações de desenvolvimento turístico e de aproveitamento dos recursos culturais e naturais; outras vezes, os projetos turísticos eram sentidos como uma verdadeiras ameaças, como elementos desestabilizadores das comunidades e destrutivos de culturas, danosos para os bens patrimoniais, culturais e naturais.

Atualmente isto já não acontece. A UNESCO reconhece que a relação entre cultura e turismo pode ser benéfica e contribuir para a proteção e promoção do património. Assim, a Organização desenvolve desde 2001 uma iniciativa específica sobre este tema designada “Programa UNESCO Património Mundial e Turismo Sustentável”. Este Programa identifica o Turismo como uma força positiva que contribui para manter o valor dos sítios inscritos na Lista do Património Mundial e para mitigar eventuais ameaças, advogando um turismo sustentável nestes locais classificados. Constitui uma abordagem baseada no diálogo e na cooperação entre as partes interessadas com vista a um melhor planeamento da gestão do turismo e do património, em que os bens naturais e culturais são valorizados e protegidos.

Em Portugal existem atualmente quinze sítios do Património Mundial, designadamente o Alto Douro Vinhateiro, o Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores, o Centro Histórico de Évora, o Centro Histórico de Guimarães, o Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar, a Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações, o Convento de Cristo em Tomar, a Floresta Laurissilva na Madeira, o Mosteiro da Batalha, o Mosteiro de Alcobaça, o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa, a Paisagem Cultural de Sintra, a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, os Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde e a Universidade de Coimbra, Alta e Sofia. Muitos outros, cerca de duas dezenas, foram inscritos na Lista Indicativa de Portugal, recentemente atualizada através de um processo colaborativo coordenado pela Comissão Nacional da UNESCO, no qual participaram representantes de entidades públicas e privadas, bem como especialistas nas mais diversas áreas, e que será transmitida à UNESCO em 2017.

Mas a herança lusa encontra-se também espalhada pelo mundo, podendo contar-se, mais de 25 bens do Património Mundial de influência portuguesa nos quatro continentes. Esta herança partilhada é particularmente fértil na América Latina, onde a UNESCO reconheceu o Valor Universal Excepcional de doze sítios ligados à expansão portuguesa, em quatro países, nomeadamente o Bairro Histórico da Cidade de Colónia do Sacramento (Uruguai), as Missões Jesuítas da Santíssima Trindade do Paraná e Jesus de Tavarangue (Paraguai), o bem transnacional Missões Jesuítas Guaranis: San Ignacio Miní, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María la Mayor (Argentina), Ruínas de São Miguel das Missões (Brasil) e ainda nove bens brasileiros: Centro Histórico de Ouro Preto, Centro Histórico de Olinda, Centro Histórico de São Salvador, Santuário do Bom Jesus de Congonhas, Centro Histórico de São Luís, Centro Histórico de Diamantina, Centro Histórico de Goiás e Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre as montanhas e o mar.

O estudo das questões relativas à classificação dos bens patrimoniais no espaço ibero-americano é, pois, muitíssimo relevante, e permitirá porventura encontrar soluções partilhadas para questões comuns a todos estes sítios como a sua utilização e fruição, as acessibilidades físicas e virtuais, a gestão de acordo com as exigências da Convenção. São também preocupações os impactos do reconhecimento UNESCO no património e na sua envolvente, a sustentabilidade económica, social e ambiental, a participação das comunidades, as políticas públicas para o património e, naturalmente, o turismo e os seus benefícios e riscos. Muitos dos artigos que fazem parte deste livro incidem sobre estas questões, sendo importante a reflexão a partir das diferentes perspetivas apresentadas.

Finalmente, importa conhecer a relação entre as várias chancelas UNESCO além do Património Mundial, como o Património Cultural Imaterial, as Cidades Criativas, as Reservas da Biosfera, os Geoparques e ainda o programa “Memória do Mundo”. Os artigos sobre estas convenções e programas na presente publicação do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade do Minho, constituem a semente para outros estudos que abordem o património cultural e natural, material e imaterial, na sua globalidade e inter-relação, contribuindo valiosamente para a preservação, conservação e salvaguarda do riquíssimo património Ibero-Americano.